

ENCONTRO POPULAR CONTRA O NEOLIBERALISMO

Entidades se unem para enfrentar FHC



Vicentinho, presidente da CUT

Por trabalho, terra e cidadania. Esta é a bandeira do Encontro Popular que será realizado dia 6 de dezembro, no Ginásio do Ibirapuera, em São Paulo, das 9h às 17h. Mas, para isso, é preciso mudar o modelo neoliberal adotado pelo governo de Fernando Henrique Cardoso.

Um dia antes, em 5 de dezembro, será realizada a Marcha Pelo Emprego, um dos eventos que antecedem o Encontro. Grupos de participantes sairão de diversos pontos da cidade para a concentração, na Praça da Sé, a partir das 17h.

Após a crise econômica, o Encontro ganhou uma dimensão muito maior. A de protesto contra as medidas adotadas por FHC, que prejudicam as classes menos favorecidas e os trabalhadores.

"Precisamos mostrar que não concordamos com medidas como a alta dos juros, que vai agravar ainda mais a recessão e aumentar o desemprego", diz José Dirceu, presidente nacional do PT.

Segundo ele, o Encontro é um ótimo instrumento para que

os representantes dos setores populares demonstrem o descontentamento da sociedade com o Pacote FHC, que poupa e beneficia os ricos, e faz com que a população pague a conta da crise.

O presidente da CUT, Vicente Paulo da Silva, o Vicentinho, também acha que "o Encontro se torna ainda mais importante por ocasião da divulgação do pacote do governo - uma bomba eletiva -, que atinge de forma concreta os setores sociais mais carentes, na medida em que, além de outras coisas, aprofunda o desemprego".

Juntar forças

Para Sandra Cabral, secretária nacional de comunicação da CUT, o Encontro é a continuidade de um esforço para aglutinar entidades democráticas-populares de amplos setores da população.

Segundo Sandra, são três os principais objetivos do Encontro. O primeiro é acumular forças para a construção de um projeto alternativo de sociedade.

O segundo é mostrar que existe capacidade de unidade entre os setores democráticos e populares.

Finalmente, o terceiro é a construção e aprovação de uma plataforma e uma agenda comum de ações e mobilizações, para 1998, dos partidos políticos progressistas e entidades que participam do evento.

Vicentinho afirma que "a perspectiva de sairmos do Encontro com a aprovação de uma plataforma de lutas e uma agenda unificada permitirá aos setores do movimento social se con-



José Dirceu, presidente do PT

traporem ao projeto neoliberal de forma mais qualificada".

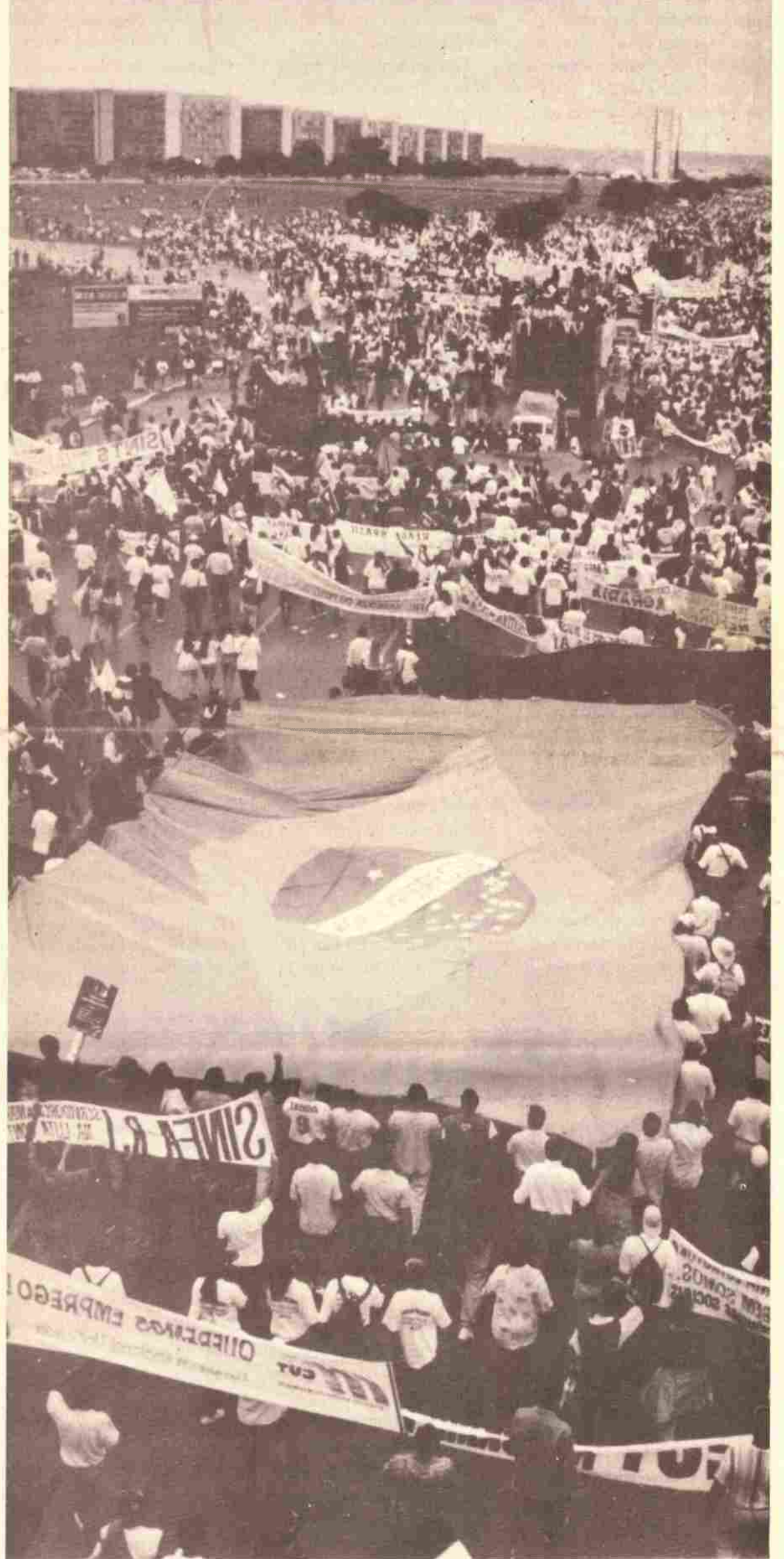
Segundo Delúbio Soares, secretário sindical nacional do PT, o Encontro pretende reunir mais de 10 mil pessoas no Ginásio do Ibirapuera, entre representantes de entidades, deputados estaduais e federais, vereadores, prefeitos e vice-prefeitos, além de todos os dirigentes municipais e estaduais e lideranças do PT e demais partidos participantes.

Origem do Encontro

O Encontro foi decidido na Conferência Nacional em Defesa da Terra, do Trabalho e da Cidadania, realizada em abril passado, em Brasília.

O resultado principal da Conferência foi uma aliança entre os partidos progressistas e as entidades populares e sociais participantes.

Naquele evento, foi elaborada e aprovada a "Carta de Brasília", com diagnósticos da situação política e econômica do país e sugestões de saídas e ações, entre elas a realização do Encontro Nacional.



INFORMAÇÕES:

Secretaria do Encontro na CUT - fone: (011) 242-9411 - ramal 124

CUT, UNE, ABONG, Setor Pastoral Social da CNBB, CONTAG, GMP, OAB, ABI, UBES, COPAB, CONAM, UJS, UBM, MAB, LAC, FASE, IBASE, CONEN, Instituto Cidadania, Ação da Cidadania, Rede Unitrabalho, Instituto ECOAR, Fórum Nacional pela Reforma Urbana, Fórum de ONGs pelo Meio-Ambiente, Fórum Paulista Negro, Fórum de Entidades Negras, PT, PC do B, PSTU, PDT e PSB

Reunião da CEN discute crise econômica do país

A crise econômica que o país atravessa e a formulação de propostas alternativas às medidas impostas à população pelo Pacote FHC foram temas de discussão na reunião extraordinária da Comissão Executiva Nacional do PT, realizada no último dia 17, em São Paulo. Não houve deliberação sobre o assunto.

Entre as propostas apresentadas estão a priorização da denúncia do pacote e alternativas às

medidas do governo, que defendam a economia popular.

Foi discutida também a necessidade da redução das taxas de juros, que penalizam a população de menor renda, agravam a recessão e causam desemprego.

Entre as resoluções da reunião está a manutenção do Encontro Extraordinário do PT nos dias 13 e 14 de dezembro, em Brasília.

A CEN definiu também a realização de reuniões do PT com

cada um dos partidos que compõem a Frente das Oposições (PDT, PSB e PC do B), antes da reunião do Diretório Nacional do PT, nos dias 29 de 30 de novembro próximos.

Ficou definido ainda que a prioridade do partido será a mobilização para o Encontro Popular Contra o Neoliberalismo por Trabalho, Terra e Cidadania (ler texto acima).

A Executiva chama a atenção

de todos os Diretórios Regionais do partido, especialmente os de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, para a necessidade de mobilização, com a finalidade de trazer o maior número de lideranças e representantes de entidades populares ao evento.

A mesma orientação vale para a Marcha Pelo Emprego, que antecede o Encontro, no próximo dia 5 de dezembro, a partir das 17h, na Praça da Sé.

LEIA AINDA NESTA EDIÇÃO

Pág. 2 - Artigos de José Dirceu e Guido Mantega sobre a crise econômica

Pág. 3 - Como estão as alianças nos Estados do Sul e uma pesquisa que mostra o perfil dos petistas

Pág. 4 - O autoritarismo do governo FHC e um panfleto sobre o Encontro Popular contra o Neoliberalismo para você recortar e divulgar

Especial Acompanha encarte com teses para a elaboração da plataforma de governo da Frente das Oposições

Jorge Mariano/ArquivoDN



É hora de mobilização

Mais do que nunca devemos apostar, trabalhar e construir a Frente das Oposições, além de mobilizar a sociedade contra o governo FHC. Os últimos acontecimentos expuseram de forma nua e crua, para todo o país, seu caráter autoritário e anti-social.

O PT precisa ir às ruas; a Frente de Esquerdas precisa mobilizar a sociedade; as entidades e partidos políticos que compõem o Encontro Popular contra o Neoliberalismo por Trabalho, Terra e Cidadania devem jogar todo o seu peso e dedicar todos os seus esforços para realizar, nos dias 5 e 6 de dezembro, não só uma grande manifestação na Praça da Sé, em São Paulo, como transformar o encontro em um grande ato público em resposta à política econômica de FHC.

Fragilidade

As coisas estão claras. O país vai começar a tomar seu rumo. Ninguém mais vai se iludir com a demagogia e o discurso propagandista do governo de que o Real era eterno. O país está se dando conta do artificialismo e dos custos políticos, econômicos e sociais da manutenção de uma estabilidade apoiada no endividamento do país e na sobrevalorização cambial.

Está evidente a perda do comando e da autonomia das decisões do país, em matéria de política econômica. Está evidente que o governo não tem política social. Pelo contrário, na crise, penaliza os assalariados, a classe média, o pequeno e microempresário, e preserva

as altas rendas, os grandes grupos econômicos, o capital especulativo e os bancos.

Está evidente que o governo desmonta os serviços públicos e que o desemprego veio para ficar - e que, com a recessão, pode até dobrar.

Está evidente para o país o caráter elitista e autoritário do governo. Cabe a nós, do PT, das esquerdas, das oposições, convocarmos o país para uma grande mobilização e para as eleições de 98. O que está colocado na ordem do dia é a mudança do poder econômico, um novo governo, democrático e popular.

Programa de governo

Cabe a nós estarmos à altura desse momento e elaborarmos um programa de governo que responda ao desafio de governar o Brasil. Para isso é necessário consolidar a Frente de Esquerdas, lançar já uma candidatura presidencial, organizar uma campanha de caráter popular, pela base, para combater o "pacotão" do governo.

Temos que trabalhar com pesquisas e organizar nossa atuação, no rádio e na televisão, de forma profissional e competente, para que possamos, unindo a garra da militância, a força popular dos nossos partidos e a insatisfação social, chegar a uma campanha organizada que seja capaz de potencializar o horário gratuito do rádio e da televisão, vencendo as eleições de 98. Isso não é impossível e está em nossas mãos.

O governo faz a sua parte. Além de meio bilhão de reais

que tem para propaganda, organiza um amplo palanque. As forças conservadoras de direita se articulam e se unem. O PTB já apoiou o governo, o PPB de Maluf e parte do PMDB também. A coalizão conservadora do PSDB e PFL apoiará Fernando Henrique Cardoso, junto com toda a direita brasileira.

O desafio somos nós, da esquerda, nós, da oposição, sermos capazes de nos unir e mostrar ao país que podemos governar o Brasil, enfrentar o desafio de mudar o modelo e termos uma outra política econômica.

O governo procurará, por todos os meios, trazer o debate para o campo da governabilidade e da segurança. Tentará chantagear a sociedade, com o risco de um governo que leve o país à volta da inflação, à ingovernabilidade, ao agravamento da crise social e à desorganização da economia.

Crise social

O discurso já não tem tanta força, uma vez que o governo se mostra incapaz de enfrentar a crise. Dividido, muitas vezes, e responsável pelo agravamento da crise social e pelo início de uma recessão que cheira a desorganização da economia.

Nós, das oposições, vamos chamar a sociedade a aderir a um programa que, antes de mais nada, dê um choque de distribuição de renda, faça uma revolução social no país. Queremos ser um governo capaz de fazer uma reforma tributária, de convocar um plebiscito e realizar uma profunda reforma democrática no país, de mudar a política e o modelo econômi-

cos, que faça a reforma agrária, que mude a política de comércio exterior, a política cambial e que acabe com a dependência do país dos capitais especulativos, que repense o Brasil enquanto nação. Um governo, portanto, democrático e popular.

A militância, os diretórios, todos os petistas devem levar nossos projetos aos trabalhadores, aos pequenos e microempresários, à classe média.

Temos que explicar didaticamente para a sociedade o que o governo está fazendo, qual é a sua política econômica, porque precisamos mudar de modelo e mudar de governo.

Mobilização

É hora de procurar as entidades da sociedade civil, os pequenos e microempresários, reunir as entidades democráticas e populares, chamar atos e debates. É hora de ir às ruas fazer manifestações, mostrar nossa indignação contra um governo que é capaz de cortar benefícios de indigentes e pessoas portadoras de deficiências, um governo que manda demitir centenas de milhares de funcionários públicos, um governo que penaliza o povo com impostos e tarifas e preserva, protege e beneficia especuladores e grandes grupos econômicos.

É hora de desmascarar o governo, mostrar seu caráter autoritário, mostrar a quem serve e pregar que é necessário derrotá-lo nas eleições de 98 e eleger um governo democrático e popular.

JOSÉ DIRCEU

OPINIAO

Nau sem rumo



economico nas emissoras de televisão.

Na verdade, a equipe econômica tem conhecimento de que não foi exatamente um desequilíbrio fiscal que deixou o Brasil exposto às intempéries do mercado financeiro internacional.

Por que, então, despejar um pacote de medidas amargas em cima da população brasileira, principalmente quando elas não atingem o âmago da questão?

Para salvar as aparências e mostrar serviço aos diretores do FMI (Fundo Monetário Internacional), Clube de Paris e demais organismos para os quais esse governo deve subserviência.

O fato é que a vulnerabilidade da economia brasileira se deve, sobretudo, ao desequilíbrio da balança comercial e de serviços (que abrange juros, fretes e a conta de turismo), e foi produzida por três erros básicos e muitos outros desacertos, que remontam às origens do Plano Real.

O principal equívoco foi cometido quando o Banco Central permitiu que o real ficasse mais valorizado do que o dólar

e barateou artificialmente as importações, ignorando as críticas feitas no Brasil e no exterior.

O segundo equívoco, que reforçou o primeiro, foi ter escancarado as portas para as importações, baixando as barreiras alfandegárias de forma irracional e irresponsável, desestruturando setores importantes da indústria.

O terceiro equívoco foi ter permitido o vai-e-vem de capitais especulativos, sem nenhuma válvula de segurança para evitar saídas bruscas, tal como a quarentena que o Chile exige.

Foi isso que levou a um volumoso déficit comercial e de serviços, estimado para 1997 em US\$ 35 bilhões. Somando a isso os US\$ 15 bilhões de amortização da dívida externa devidos este ano, teremos a necessidade de mais de US\$ 50 bilhões de novos aportes externos para fechar as contas de 1997.

Esse é o tamanho da trolha na qual o governo Fernando Henrique Cardoso nos meteu e, pelo visto, não sabe como tirar. Agora é tarde para chorar o

leite derramado. Só nos resta torcer para que a crise asiática se dissolva e exigir do governo medidas que possam minimizar o estrago do pacote e, principalmente, das altas taxas de juros, que deverão permanecer por um bom tempo.

Se o BNDES pode fornecer bilhões de reais para as grandes empresas participarem dos negócios da privatização, como no caso da CPFL, e agora com a aquisição de ações na Bolsa, por que não disponibiliza alguns bilhões para salvar milhares de empresas da ruína e os inúmeros empregos que elas representam?

Antes que o pior aconteça, é preciso que as autoridades econômicas desçam do pedestal, reconheçam seus erros e tomem medidas para evitar o desastre iminente que vai se formando no horizonte brasileiro.

GUIDO MANTEGA, economista, é professor da Fundação Getúlio Vargas (SP). Foi chefe de gabinete da Secretaria de Planejamento do município de São Paulo, na gestão de Luiza Erundina.

Ampliar a consciência negra!

Mais uma vez, no mês de novembro, o movimento negro, envolvendo também partidos, governos, centrais sindicais, estudantes e os mais diversos setores, por todo o país, incentiva e festeja a Consciência Negra.

Entretanto, esse novembro traz novidades na luta que desenvolvemos há anos: a consciência negra está em disputa!

Ainda na dianteira, organizativa e política, está o movimento negro constatando que, felizmente, é maior o número de pessoas e organizações que por todo o país garantem uma maior visibilidade racial aos graves problemas sociais do país.

Porém, outros atores entram em cena.

O discurso oficial de governos municipais, estaduais e federal reconhece a existência do racismo em nosso território e que nada faz diante disso ou, ao contrário, até implementa políticas de cunho racista em suas ações.

Entretanto, com raras exceções, a ênfase desse discurso tem sido a possibilidade de viabilizarmos aqui o "racismo cordial", a decantada convivência pacífica entre todos por meio de frases do tipo "de um jeito ou de outro, acabamos unidos pelas nossas diferenças", ou "quanto mais o Brasil se mistura, mais ele se torna original", veiculadas no manifesto que convocou o 8º Encontro da Cultura Brasileira, realizado em São Paulo, em novembro, patrocinado pelo Ministério da Cultura e um conjunto de órgãos de governos. Como se fosse possível amenizar o racismo e ao mesmo tempo implementar a cartilha neoliberal, cujo legado é a exclusão de parcela significativa da população brasileira, em sua maioria negra.

Todo cuidado é pouco, pois da democracia racial o Estado passa a edificar outra armadilha que pode ser mais perigosa: a da hipocrisia racial, assentada no binômio diversidade e integração, como um dos estímulos do racismo que em nosso país se tenta camuflar.

De outro lado, a mídia e o mercado, a seu modo, começam a tornar públicas a compreensão e a leitura racial que têm sobre a sociedade e a estabelecer estratégias para conquistar esse filão populacional que também conso-

me e que até possui uma razoável classe média negra. Em paralelo, continuam escondendo o grande contingente populacional que não usufrui desses privilégios.

Na TV, no rádio, nos jornais, as peças publicitárias, atendendo a antigos apelos do movimento negro, algo de novo: a presença negra. Novelas em horário nobre enfocam a temática racial como parte da rotina de vida de seus protagonistas. O que seria positivo se não fosse acompanhado do discurso oficial que anuncia a convivência harmoniosa e o possível final feliz entre brancos e não-brancos não só na telinha mas também na vida real.

São iniciativas que são impulsionadas e baseiam-se na lógica competitiva do mercado, onde a busca coletiva de uma sociedade feliz e igualitária é considerada uma utopia de sonhadores e aventureiros.

Novos problemas e maiores exigências para o combate ao racismo estão colocados, como avaliamos e analisamos em nosso 5º Encontro Nacional de Negros e Negras do PT, realizado em agosto deste ano.

Ao movimento negro, felizmente ainda hegemônico pelo setor combativo do qual os militantes anti-racistas do PT são parte, cabe tomar para si o fato de ter conseguido tornar relevante o debate sobre a diversidade e o enfrentamento das desigualdades e, ao mesmo tempo, radicalizar suas ações. É necessário ampliar a consciência de que o combate ao racismo continua sendo uma tarefa difícil, mas necessária para diminuirmos as desigualdades entre os indivíduos pertencentes a diferentes etnias que compõem o nosso país.

O que está em disputa é a consciência negra sobre qual tipo de democracia estamos vivendo e sobre qual é a sociedade que queremos e estamos construindo, sem hipocrisia, sem opressão e livre dos valques que dão sustentação ao racismo. Não tenhamos ilusão - nada ocorrerá de maneira suave ou cordial, mas sim por meio de grandes e estruturais transformações da sociedade brasileira.

FLÁVIO JORGE R. DA SILVA, Secretário Nacional de Combate ao Racismo do PT

SECRETARIAS

Encontro Extraordinário vai discutir novo Estatuto do PT

O PT vai reunir novamente os 552 delegados que participaram do 11º Encontro Nacional do PT para o que o secretário de Organização do Partido, Joaquim Soriano, define como "segundo tempo" do evento. Trata-se do Encontro Nacional Extraordinário do PT, que será realizado na Câmara dos Deputados, em Brasília, nos dias 13 e 14 de dezembro.

Na pauta, diretrizes do programa de governo, novos Estatuto e Regimento Interno e candidatura presidencial. Sobre as diretrizes, explica Soriano: "Vamos debater a situação política e econômica do país e as grandes linhas que orientarão o programa de governo, que, depois, será levado à apreciação no 2º Congresso do PT, previsto para março de 98".

A discussão sobre os novos

Estatuto e Regimento Interno do PT terá como base relatório preparado por Comissão instalada em outubro e enviado aos Diretórios Regionais para debate. "Vamos unificar nossos documentos, nossas regras, com base na nossa experiência de 17 anos", explica o secretário, acrescentando que desde o 1º Congresso, em 91, o Partido tem discutido um novo Estatuto.

Quanto à candidatura presidencial, o Encontro definirá, com base em avaliação das conversações com as Executivas dos outros três partidos da Frente das Oposições (PDT, PSB e PC do B), a ser feita na reunião do Diretório Nacional (dias 29 e 30 de novembro), o nome para disputar a Presidência da República em 98.

Comitê prepara delegação ao Encontro Internacional em Cuba

Foi formado dia 12 o comitê brasileiro preparatório ao Encontro Internacional de Solidariedade entre Mulheres, que será realizado em Havana (Cuba), de 13 a 16 de abril de 98. O encontro terá como lema *Pela Igualdade, Pelo Desenvolvimento e Pela Paz* e pretende

unir forças para solidizar-se com Cuba e repudiar o bloqueio econômico imposto pelos Estados Unidos àquele país. Integram o comitê a Secretaria Nacional de Mulheres do PT, a União Brasileira de Mulheres e a Confederação das Mulheres do Brasil.

RUMO A 98

Frente das Oposições se consolida no Sul

A unidade das forças de oposição, da qual muito se fala, precisa, de fato, ser concretizada. Certamente não é tarefa fácil. Nunca, como nos tempos atuais, a unidade de ação política foi tão indispensável para as forças que combatem a crescente exclusão social do programa neoliberal. A unidade é premente. Uma agenda de unidade deve ser construída a partir do bom senso do entendimento, sem posições previamente assumidas. Não há tempo a perder!

As direções municipais do PT, PDT, PSB, PCB, PC do B e PPS de Porto Alegre fizeram circular o manifesto "Unir a Esperança é Preciso" para um ato realizado na última segunda-feira, 24, na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul.

Reuniões periódicas e ações conjuntas têm sido constantes entre os partidos da oposição gaúcha ao governo de Fernando Henrique Cardoso e de Antonio Britto (PMDB). Aguardando resultados das articulações nacionais e da composição PDT-PT no Rio de Janeiro, os dirigentes regionais do PDT no RS têm sinalizado positivamente para a sua participação na Frente Democrática e Popular.

Nos próximos dias haverá um novo encontro com os partidos que buscam uma aliança regional para a disputa eleitoral no RS. FT, PDT, PSB, PC

do B, PCB e PPS têm reunido quinzenalmente seus principais dirigentes para consolidar a frente gaúcha.

Na última reunião do Diretório Regional do RS, realizada em 15 e 16 de novembro, e que contou com a presença do secretário de Relações Internacionais do PT, Marco Aurélio Garcia (representando o presidente nacional, José Dirceu), aprovou-se uma resolução que, além de denunciar as medidas econômicas de FHC e suas consequências à população, lembra que "abre-se para os trabalhadores e o povo, aos partidos e organizações, especialmente para o PT, a possibilidade de retomar a ofensividade na apresentação de um modelo de desenvolvimento antiimperialista, antimonopolista e antilatifundiário, impondo a necessidade de expressar à sociedade a disposição política de

enfrentamento ao governo FHC e reafirmando a candidatura de Lula e Brizola à nação".

No RS, o DR aprovou a realização de Encontro Estadual para os dias 27, 28 e 29 de março de 1998, quando deverá ser definida a candidatura petista - Olívio Dutra ou Tarso Genro - e a campanha eleitoral da Frente Democrática e Popular 98.



Paraná

No Paraná, o Diretório Regional reuniu-se nos dias 22 e 23 passados, na cidade de Maringá, com a presença de José Dirceu. Foi aprovada a política de alianças - que já estava sendo colocada em prática a partir de decisões anteriores do DR - com o PC do B, PCB, PPS e PDT.

Além disso, o DR paranaense

aprovou as conversas com o PMDB, liderado pelo senador Roberto Requião, e com o PSDB de Álvaro Dias - que tem se colocado em oposição a Fernando Henrique Cardoso, segundo informações do secretário geral do DR, Roberto Salomão. A reunião do Diretório reafirmou a necessidade de uma frente de oposições para derrotar o governador Jayme Lerner (PFL).

Em Maringá, o ex-prefeito de Londrina Luiz Eduardo Cheida foi indicado como o candidato do PT ao governo do Estado, abrindo as articulações com os demais partidos, além de serem apresentados os eixos para a composição do programa de governo.

Em 15 de dezembro, os partidos vão realizar um seminário para discutir o plano de governo e o neoliberalismo. Nos dias 14 e 15 de fevereiro, o DR reúne-se novamente, em conjunto com os coordenadores de macrorregiões. Desta vez, a reunião será realizada em Guarapuava.

Santa Catarina

Na sexta, 21 de novembro, Luiz Inácio Lula da Silva e Leonel Brizola participaram, junto com Beto Albuquerque (PSB), João Hermann (PPS) e Renato Rabelo (PC do B), do seminário

"Alternativas para Mudar Santa Catarina e o Brasil".

Organizado pela Frente Popular (PT, PPS, PDT, PSB, PCB, PC do B e PV), o seminário teve clima de lançamento da campanha da Frente. Palavras de ordem como "A hora é agora com Lula e Brizola" receberam os líderes do PT e PDT no plenário lotado da Assembleia Legislativa catarinense.

Até o momento, quatro partidos apresentaram candidaturas. O PT indicou o deputado federal Milton Mendes; o PPS manteve a indicação do ex-prefeito de Florianópolis Sérgio Grando; o PDT, o do ex-prefeito de Lages Fernando Agustini; e o PV apresentou Rogério Portanova, professor da Universidade Federal daquele Estado.

Durante o seminário, os quatro pré-candidatos participaram da mesa de debates sobre as experiências da Frente. Nos próximos dias 29 e 30 de novembro, os petistas realizam uma plenária estadual (DR mais um delegado por município) para discutir conjuntura política, estratégia e tática, estrutura e organização da campanha 98, candidaturas proporcionais e o "Novo Modelo de Desenvolvimento Social e Econômico para o Estado".

RATO X

Pesquisa mostra perfil de petistas

As delegações que participaram dos encontros estaduais e nacional de 1997 comprovaram que o PT mantém-se enraizado nos movimentos sociais e, como em sua criação, há quase 18 anos, com maior destaque para o movimento sindical.

Pesquisa coordenada pela Gestão Venturi, a pedido da Secretaria Nacional de Formação Política e Fundação Perseu Abramo, investigou o perfil sócio-demográfico e político da militância a partir de temas que variaram desde a atuação de bancadas petistas até o nível de concordância de frases que indicam a estratégia partidária e a conquista de governos pelo PT.

Foram respondidos 3.182 formulários, distribuídos entre os 6.697 delegados e delegadas presentes aos Encontros de 21 Estados e ao XI Encontro Nacional.

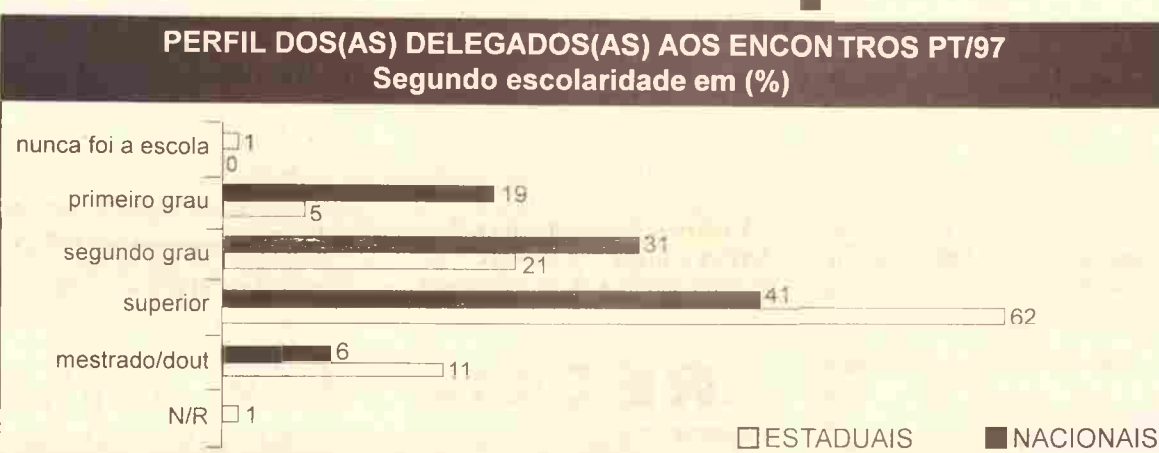
Nos encontros estaduais, 75% dos que participaram são homens, percentual que sobe para 80% no Encontro Nacional. A participação de mulheres é bem menor: 25% e 20%, respectivamente.

Origem étnica

A origem étnica foi utilizada pela primeira vez em pesquisas de opinião, substituindo a autoclassificação de raça. A maioria respondeu ser de origem apenas branca (49% nos encontros estaduais e 56% no nacional). Os de origem branca-negra são 22% entre as delegações estaduais e 21% na nacional. De origem somente negra, também a variação entre as delegações estaduais e a nacional manteve-se pouco alterada, 11% e 12%, respectivamente.

As mulheres continuam enfrentando maiores dificuldades para exercer a militância, em relação aos petistas do sexo masculino. Enquanto 72% dos delegados ao Encontro Nacional mantêm uma relação conjugal, 38% das delegadas nacionais afirmaram que não vivem com um companheiro.

Esse resultado, para os coordenadores da pesquisa, aponta que "as diferenças do estado conjugal parecem remeter aos papéis sociais de gênero: para as mulheres, as exigências de uma vida ativa de participação política na esfera pública apresentariam mais conflitos com o papel



delas esperado na esfera do privado, traduzidos na dificuldade, no plano cotidiano, de cumprir duas jornadas de trabalho e ainda uma de militância".

O nível de maternidade e paternidade é consideravelmente alto: sete em cada 10 delegados têm filhos, mas a maioria (59%) do Encontro Nacional tem até três filhos.

Isso não impede que também a maioria dos delegados (as), curiosamente no mesmo percentual apresentado pelas delegações nacional e estaduais - 87% - participe de alguma instância partidária.

Distribuição no partido

Da delegação nacional, 45% são integrantes de Diretórios Municipais e 43% de Diretórios Regionais. Dos Estaduais, 64% das delegações integram os Diretórios Municipais. Nas capitais, a participação nos Diretórios Zonais é de 23%, enquanto no interior chega a 2%. Os núcleos de base das capitais têm 38% dos delegados, contra 9% no interior. No geral, 15% participam dos núcleos de base e 6% dos Zonais. Membros de instâncias de direção estadual são 6% dos delegados contra 1% do Encontro Nacional.

Militantes de movimentos

sociais somam 84% das delegações estaduais (40% como dirigentes) e 70% da nacional, sendo 44% quadros de direção. No movimento sindical estão 41% dos delegados estaduais e 31% da delegação nacional.

O movimento popular é o segundo em atuação militante dos delegados petistas: 22% dos estaduais e 23% dos nacionais. 9% dos delegados ao Encontro Nacional e o dobro deste percentual entre os delegados estaduais pertencem a organizações religiosas.

A maioria das delegações declarou-se católica: 68% das estaduais e 57% da nacional. Outras religiões mantêm-se, respectivamente, entre 11% dos delegados estaduais e 12% dos nacionais. Dos que não têm ou não seguem qualquer religião, a diferença entre as delegações é significativa: são 19% das estaduais contra 30% da nacional. Segundo os dados observados em pesquisas de opinião, os percentuais apresentados neste tema pelos petistas são de três a quatro vezes mais altos do que entre os brasileiros em geral.

O nível de escolaridade dos petistas também é significativamente maior do que o da população brasileira: 73% da delegação nacional e 47% das estadu-

ais têm curso superior, mestrado/doutorado.

Renda

O nível de renda individual dos delegados mostrou-se igualmente superior - ganham acima de 10 e até 50 salários mínimos, 50% da delegação nacional, contra 24% das estaduais.

São funcionários públicos 32% da delegação nacional e 28% das estaduais; os assalariados somam 20% da delegação nacional e 19% das estaduais. Os empregadores são 4% das delegações estaduais e 2% da nacional.

Quatro por cento foi também o percentual de desempregados apresentado pelas delegações estaduais. Na delegação nacional, 1% afirmou estar desempregado. A pesquisa da Gestão Venturi apontou que as delegações do PT, em sua maioria, têm entre 26 a 45 anos.

Política de alianças

Os petistas continuam a afirmar a importância da política de alianças iniciada em 1989 com a Frente Brasil Popular (PSB, PC do B, PCB e PV), ampliada agora com o PDT, que não participava da Frente nas duas últimas eleições presidenciais.

O PDT aglutina 60% das indicações entre os delegados nacionais e 54% entre os estaduais; o PPS foi indicado por 47% das delegações estaduais e 55% da nacional. O PSTU, que em 1989 ainda tinha a maior parte de sua militância atuando no PT, tem hoje a indicação de 62% entre os delegados estaduais e 73% entre os nacionais.

Entre os comunistas, o PC do B foi o partido indicado por 82% dos delegados estaduais e 93% dos nacionais, seguido do PCB, com 72% da indicações estaduais e 80% das nacionais.

Os verdes alcançaram quase os mesmos índices dos

pedetistas: 56% entre os delegados estaduais e 57% entre os nacionais. Partidos que participam do governo, como o PMDB e o PSDB, obtiveram, respectivamente, 10% e 15%, e 6% e 2% (delegados estaduais e nacionais).

Dívida externa

Tanto os delegados estaduais quanto os nacionais acham que a posição do PT em relação à dívida externa deve ser a de "suspensão do pagamento e fazer auditoria" (48% dos estaduais e 46% dos nacionais).

"Exigir renegociação total da dívida e suspender o pagamento dos juros caso não for aceita a renegociação" teve a preferência de 29% dos delegados estaduais, contra 23% dos nacionais.

"Não pagamento da dívida externa" foi a opção de 18% dos delegados em geral.

Do Encontro Nacional, 61% da delegação declararam ser

"contra as privatizações dos setores estratégicos da economia, com revisão das já realizadas". Esse percentual diminuiu para 50% entre os delegados estaduais.

A bancada petista na Câmara Federal obteve avaliação positiva de 67% dos delegados; os vereadores alcançaram 46% de ótimo e bom. Os parlamentares estaduais empatam com a bancada do PT em relação à avaliação positiva: 57% de avaliação positiva.

O Orçamento Participativo ficou com 54% da preferência dos delegados estaduais, contra 78% dos nacionais, por ser considerado o projeto mais desenvolvido pelos governos petistas.

Empatado entre as delegações, a geração de emprego e renda deve ser o projeto prioritário das administrações do PT. Esse tema, segundo dados da Gestão Venturi, tem liderado as pesquisas de opinião pública em todo o país.

Cartões PT Bradesco Visa. Seus novos companheiros



O Partido dos Trabalhadores - PT - tem os seus próprios cartões de crédito.

O Cartão PT Bradesco Visa é aceito em mais de 280 mil estabelecimentos, em todo o Brasil. E o PT International, em mais de 12 milhões em todo o Mundo.

Peça o seu cartão diretamente no Diretório do PT da sua cidade.

Você não precisa ter conta no Bradesco.

O importante é que você preencha e entregue a proposta para a pessoa credenciada pelo PT, juntamente com cópias nítidas dos seguintes documentos:

- RG
- CIC (caso não conste o número do CIC no RG)
- Comprovante de residência
- Comprovante de renda

**Maiores informações:
Jussara (011) 233-1310**

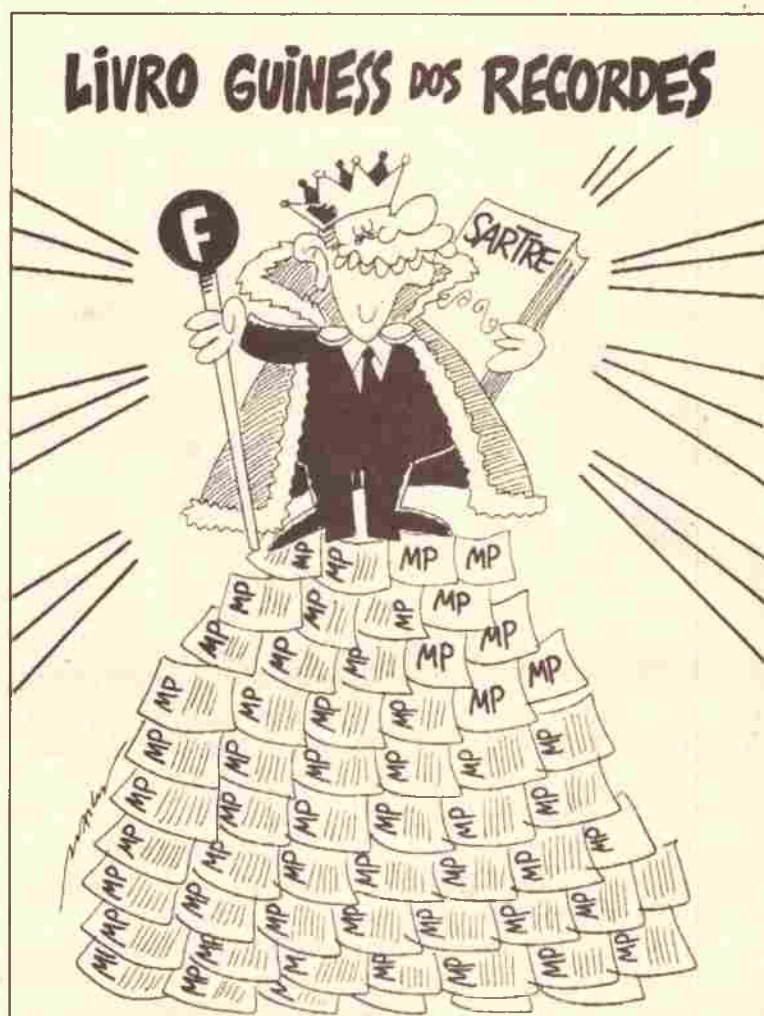
Autoritarismo do governo FHC lembra os tempos da ditadura

O autoritarismo do governo Fernando Henrique Cardoso não deixa nada a dever aos tempos de ditadura. Manipulação do Congresso, suspeita de compra de votos, excesso de medidas provisórias e decretos, pacotes feitos na calada da noite e impostos à população.

“A faceta mais grave do autoritarismo de FHC é a manipulação do Congresso, que estimula o fisiologismo e afeta a sua soberania”, diz José Machado, líder do PT na Câmara dos Deputados. Segundo ele, deputados chegam a ser ameaçados e paira no ar a suspeita de compra de votos, desde a votação da emenda da reeleição.

Também para José Eduardo Dutra, líder do PT no Senado, o autoritarismo do governo FHC se expressa nas suas relações com o Congresso. “O presidente ataca o Congresso cada vez que viaja para o exterior e chegou ao cúmulo de culpá-lo pela crise econômica porque as reformas do governo não haviam sido votadas”, diz ele.

O deputado federal José Genoíno (PT-SP) lembra que as reformas não foram votadas justamente porque o Congresso ficou um ano preso na votação da emenda da reeleição, sob pressão do próprio governo. “FHC ataca um Congresso que só vota aquilo que ele quer, sob sua pressão e de



seus líderes, que lhe é subversivo”, afirma.

Para Dutra, a Presidência da Câmara e os líderes do governo no Congresso têm representado muito mais o papel de ministros para assuntos parlamentares do Executivo do que o de membros do Legislativo.

Rolo compressor

O líder do PT na Câmara diz que o governo FHC funciona como um “verdadeiro rolo

compressor” sobre o Congresso. “Governadores governistas vêm à Brasília pressionar os deputados de seus Estados para votarem a favor do governo, fazendo até com que cedam seu lugar aos suplentes, quando é o caso”, diz ele.

Genoíno afirma ainda que o governo “institucionalizou, no Congresso, a prática do toma lá, dá cá”. Segundo ele, em cada votação importante o governo “negocia verbas e cargos num balcão de interes-

ses, uma prática que se tornou corriqueira após a votação da emenda da reeleição”.

Métodos antidemocráticos

Machado acha que o autoritarismo do governo ultrapassa as barreiras do Congresso. “No Poder Judiciário, muitos juizes julgam como se fossem representantes do governo”, diz ele.

O método de trabalho do governo também é criticado pelo líder do PT na Câmara. “O governo não se utiliza de práticas democráticas, como a consulta popular, e repudia propostas que contem com a presença de representantes da sociedade civil, como a formação de comissões para discutir assuntos de interesse da população.”

Machado afirma ainda que o governo procura desqualificar os movimentos sociais, chamando-os de “marginais”. “Isso tudo vai quebrando a resistência dos trabalhadores e sua capacidade de luta”, diz ele.

Finalmente, os três representantes petistas lembraram da Lei Eleitoral como mais um resultado do autoritarismo do governo. Na opinião dos três, é uma lei que facilita a reeleição do presidente FHC e dificulta muito a luta da oposição para chegar ao poder.

SALDO DE UM GOVERNO AUTORITÁRIO

Quantidades de medidas provisórias

Governo	Editadas/Reeditadas
Sarney	138
Collor	160
Itamar	505
FHC	1.648

Fonte: Liderança do PT na Câmara dos Deputados

Um triste recorde: 1.648 medidas provisórias

O Pacote FHC é mais uma prova do crescente autoritarismo do governo de Fernando Henrique Cardoso. Das 51 medidas econômicas, nada menos que 17 são medidas provisórias (MPs), enquanto outras 12 são decretos.

“O autoritarismo de FHC se expressa principalmente por meio das MPs”, diz José Eduardo Dutra, líder do PT no Senado Nacional. Segundo ele, o Congresso dedica todo o seu tempo à votação de MPs e projetos do governo, sob a orientação do próprio Executivo.

Já José Machado, líder do PT na Câmara dos Deputados, afirma que as MPs são apenas uma faceta do caráter autoritário de Fernando Henrique.

“O governo utiliza todos os instrumentos ao seu alcance em benefício próprio”, diz ele.

Para o deputado federal José Genoíno (PT-SP), as MPs “aniquilam a função do Congresso”. Genoíno ressalta que os poucos projetos que chegam à Casa são de autoria do governo e sempre votados em regime de urgência urgentíssima, o que limita a atuação dos parlamentares.

O saldo, até agora, é um triste e inaceitável recorde de 1.648 medidas provisórias editadas e ou reeditadas por Fernando Henrique Cardoso, contra 138 no governo de Sarney, 160 no de Collor e 505 no de Itamar.

RECORTE E DIVULGUE

Por uma política de criação de empregos

O governo FHC lançou o Brasil numa crise financeira sem precedentes. O pacote econômico agrava a recessão, aumenta o desemprego e prejudica os trabalhadores e a classe média. Os grandes grupos, os bancos e os especuladores foram poupados e até beneficiados.

POR ISSO, O PT É:

Pela redução dos juros - que mais uma vez fazem os trabalhadores pagarem a conta

Por uma política de geração de empregos - contribuindo para o fim da miséria.

Contra o aumento dos impostos para os trabalhadores - porque são os ricos que devem pagar pela crise

Pela dignidade dos trabalhadores - por meio de uma nova política salarial.



PARTIDO DOS TRABALHADORES
DIRETÓRIO NACIONAL

POR TRABALHO, TERRA E CIDADANIA



ENCONTRO POPULAR CONTRA O NEOLIBERALISMO



MARCHA PELO EMPREGO

Dia 6 de dezembro das 9 às 17h - Ginásio do Ibirapuera

Dia 5 de dezembro a partir das 17h na praça da Sé

INFORMAÇÕES: (011) 242-9411 RAMAL 124

NOVEMBRO

- 25 a 28** II Conferência da Sociedade Civil Organizada sobre Desenvolvimento, Meio Ambiente e Cidadania. Realização: Fórum Amazônia Oriental. Ananindeua e Belém (PA).
- 26** Sessão solene de homenagem à Marcha Global contra o Trabalho Infantil. Congresso Nacional, Brasília (DF)
- 26 e 27** Curso de Formação Política do PT-Paraná - 4ª Etapa [Informações e inscrições tel.: (041) 323-1162]. Curitiba
- 28 a 30** Encontro Nacional da União Nacional por Moradia Popular. Intercâmbio em Autogestão. Inf.: (011) 549-3888. São Paulo
- 29 e 30** Reunião do Diretório Nacional do PT. São Paulo

DEZEMBRO

- 1** Debate Cives: Propostas Alternativas de Desenvolvimento, com Aloizio Mercadante e Ciro Gomes. Assembleia Legislativa de São Paulo. Inf.: (011) 222-2682
- 5** Marcha Nacional pelo Emprego. Praça da Sé (SP)
- 6** Encontro Popular contra o Neoliberalismo por Trabalho, Terra e Cidadania. Ginásio do Ibirapuera (SP)
- 8 e 9** Seminário do MOI (Movimento de Ocupantes e Inquilinos): Autogestão-Rehabilitação-Concertação. Informações (541) 943-6285/ 325-7712. e-mail: trebol@datamarkets.com.ar. Buenos Aires (Argentina)
- 11** Encontro Nacional pela Democracia nas Comunicações. Câmara dos Deputados. Brasília (DF)
- 12** Reuniões da Comissão Executiva Nacional e do Diretório Nacional do PT. Brasília (DF)
- 13 e 14** Encontro Extraordinário do PT. Brasília (DF)
- 15** Sessão solene de entrega do Prêmio Santo Dias de Direitos Humanos a dom Paulo Evaristo Arns, cardeal-arcebispo de São Paulo. Assembleia Legislativa de São Paulo

ASSINE O SEMANÁRIO

CUPOM DE ASSINATURA

Assinatura anual: 1xR\$ 50,00 2xR\$ 25,00

- Cobrança bancária
- Cheques nominais ao Partido dos Trabalhadores (anexos)
- Depósito bancário nominal para o Partido dos Trabalhadores Banco do Brasil S/A. Ag. 3323-5 - Barra Funda, São Paulo - SP C/C nº 123456-0 (envie xerox do comprovante)

Nome _____

Endereço _____

Profissão _____ Tel _____

CEP _____ Cidade _____ Estado _____

Sexo: Masc Fem

Filiado ao PT: Sim Não



Rua Conselheiro Nébias, 1.052
CEP 01203-002 São Paulo - SP
Fax (011) 224-1953